

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NO ENSINO MÉDIO CONVENCIONAL:
UM ESTUDO DE CASO

Emerson Salino (PUC-SP)

lpsalino@uol.com.br

João Hilton (PUC/SP)

RESUMO

Ensinar português sempre foi o grande desafio para qualquer professor que prepara seu aluno para a comunicação mais adequada. Mas ensinar nossa língua para jovens estrangeiros sem conhecer o idioma que ele fala passa a ser muito mais que um desafio. É percebido que o número de alunos imigrantes vem crescendo gradativamente. Nos últimos três anos, o censo escolar registrou um aumento de 45% no número de matrículas de alunos estrangeiros, distribuídas nas escolas públicas e privadas de cidades brasileiras, muitas vezes despreparadas para receber essa clientela. O crescimento dessa população desperta um alerta para a educação na preparação do “novo falante” de língua portuguesa. Há diferentes casos que podem ser relatados. Entretanto, é importante destacar que o aprendizado de L1 para esse grupo de L2 é, sim, possível, como no caso do aluno X. Foram tortuosos os caminhos percorridos pelo aluno X e pelo professor, que precisava inserir esse estudante no grupo de nativos, que já se preparavam para os vestibulares. Sua maior dificuldade com o português do ensino médio foi a necessidade de ter que produzir textos. A princípio, seus textos eram em inglês, que já não eram bons. Com o tempo, e pensando na proposta do método construtivista, iniciou-se uma mistura de vocábulos, o texto passou a misturar português e inglês sem nenhuma perspectiva de coerência e muito menos de coesão. Tudo era mais ou menos assim: “*I gosto de do very coisas, but I can’t não disso*”. “X”, após terminar o ensino médio, continuou seus estudos num cursinho para o vestibular, pois, apesar de ter certo domínio de português, ainda não era suficiente para ingressar numa faculdade de odontologia bem conceituada como pretendia.

Palavras-chave: Ensino de português. Ensino médio. Português para estrangeiro.

Ensinar língua portuguesa sempre foi o grande desafio para qualquer professor que tem como objetivo preparar seu aluno para a comunicação mais adequada na sociedade em que vivemos. Mas ensinar nossa

língua mãe para jovens estrangeiros, sem conhecer o idioma que este fala, passa a ser muito mais que um desafio.

A região do Brás, Bom Retiro, Pari, bairros típicos da cidade de São Paulo, é muito conhecida pela enorme quantidade de lojas de roupas e barracas com preços muito populares, que vem atraindo pessoas de todo país, chegando em caravanas para fazer compras e, muitas vezes, revender os produtos aqui expostos. Esse atrativo rompeu os limites do nosso país e trouxe centenas de estrangeiros interessados em trabalhar nessa região, transformando-a numa colônia de libaneses, coreanos e bolivianos; cada um com sua especialidade.



Fonte: <<http://www.markimob.com>>.

O Brasil passou a ser, para esses grupos, fonte de grande renda, pois são pessoas batalhadoras que vivem para o trabalho e para ganhar dinheiro. Uma família traz outra, que traz outra e assim famílias, religiões e culturas diversas vão se instalando em um mesmo espaço e transformando um bairro em “pequenos países”.

As línguas faladas nesses grupos são de seus países e o pouco que sabem do português é somente para a conquista do dinheiro brasileiro que se multiplica nas mãos desses homens e mulheres que trocaram tudo para viverem uma nova vida.

Quanto ao ensino, muitos desses imigrantes se encontram em nosso país de forma irregular, o que tira de seus planos, muitas vezes, a escola para as crianças e jovens que junto de seus pais vêm para uma nova vida, uma nova cultura e para um novo grupo social.

1. As leis

De acordo com o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Lei Federal nº 6.815, de 19/08/1980 alterada pela Lei Federal nº 6.964, de 09/12/1981, esclarece no artigo 48 a Lei dos Estrangeiros

Art. 48 – Salvo o disposto no parágrafo 1º do artigo 21, a admissão de estrangeiros a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado.

Parágrafo único – As entidades a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicação, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso.

Questões como essas permitiram que muitos estrangeiros estivessem fora das escolas brasileiras e com isso impedidos de aprender a língua padrão de nosso país, o que também impossibilitariam de ter outra profissão que não fossem a dos pais, trabalharem no comércio. Mas a questão recebeu parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação no sentido de que o artigo 48 da Lei nº 6815/80 não tem aplicabilidade por ter sido implícita ou tacitamente revogada por dispositivos constitucionais pela Lei que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – (Instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990.). A mesma assim pronunciou a Procuradoria do Estado:

As crianças e adolescentes estrangeiros que estejam em situação irregular no país têm direito à Educação. A eles não se aplica, portanto, o artigo 48, caput, da Lei dos Estrangeiros, que condiciona a matrícula de estrangeiro em estabelecimento de ensino brasileiro à prova de regularidade. Porém, nos termos do parágrafo único desse artigo, os estabelecimentos de ensino devem informar o Ministério da Justiça da matrícula do aluno estrangeiro, mesmo sendo criança ou adolescente.

Sendo assim, é um direito da criança e do adolescente estrangeiro frequentar uma escola.

A Lei apresenta “brechas”, seria um processo discriminatório não aceitar o aluno em idade escolar numa instituição. Mais que isso, ao não fazer nenhuma referência sobre a necessidade dos estabelecimentos de ensino informar ao Ministério da Justiça as referidas matrículas e suas alterações no artigo 48, da Lei dos Estrangeiros considera-se que isso não compete à escola.

2. *O contingente*

Percebemos, então, que no passar dos anos o número de estrangeiros matriculados e futuros falantes de língua portuguesa está crescendo gradativamente,

Segundo a *Revista Educação* do site da UOL (acesso 04/03/2014)

nos últimos três anos, o censo escolar registrou um aumento de 45% no número de matrículas de alunos estrangeiros. Em 2010, as escolas matricularam 41 mil estudantes (7% do total de matrículas da educação), contra 28 mil em 2007. Desse total 23.964 estavam na rede pública e 17.952 na rede privada.

A rede privada de ensino tem recebido os diversos estrangeiros que acabaram dando-se bem no comércio em nosso país. São filhos mais conscientes da importância de estudar e tentar uma nova oportunidade na vida, visto que o trabalho no comércio é visto, por esses jovens, como “um trabalho escravo”: acorda-se muito cedo, dorme-se muito tarde e não há folgas.

3. *Caso “X”*

Dentre esses diversos candidatos a alunos, temos a “X” que chegou da Coreia com 15 anos, sem falar uma palavra em português e com ideais de qualquer outro adolescente de sua idade. Vinha de uma grande família de comerciantes que estavam morando e prosperando no bairro do Brás com loja de roupas. Seu desejo era ser odontologista e tinha, na Coreia, um ensino muito rígido, porém, havia de se acostumar em terras brasileiras já que sua família não tinha planos de retornar a sua terra natal.

“X” tinha um pouco de contato com a língua inglesa, o que facilitou, de certa forma, pois já havia um contato com a escrita ocidental, fora dos convencionais ideogramas coreanos, mas não aliviava totalmente quanto ao ensino de língua portuguesa e o pânico tornou-se geral: como fazer uma aluna que não fala e não domina seu idioma a escrever um texto coerente e coeso? Essa era a dúvida de todos. Além disso, ela tivera um choque cultural e uma nova vida social.

A aluna ficou a princípio em uma sala de 9º ano do ensino fundamental como ouvinte, já que na instituição escolhida por ela não havia ainda ensino médio. Sua condição era de ouvinte, que literalmente era o que acontecia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pouca coisa “X” falava; usava palavras-chaves para alguns pedidos ou necessidades. No ano seguinte passou para o 1º ano do ensino médio e tornou-se uma aluna regularmente matriculada passando a ser tratada como qualquer aluno do curso.

Sua primeira dificuldade com o português do ensino médio foi a necessidade de ter que produzir textos. A princípio seus textos eram em inglês, que já não eram bons textos. Com o tempo, e pensando na proposta do método construtivista, iniciou-se uma mistura de vocábulos, o texto passou a se misturar entre o português e o inglês sem nenhuma perspectiva de coerência e muito menos de coesão. Tudo era mais ou menos assim:

“I gosto de do very coisas, but I can’t não disso”

O que mais impressionava é que “o falar” de “X” melhorava a cada dia e a convivência com outros adolescentes, mesmo ainda um pouco distantes, começava a dar resultados. “X” iniciava suas primeiras conversas com sequências frasais que aos poucos construíam períodos e daí, pequenos textos orais.

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes “falares”, que atende às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua. (ANTUNES, 2009, p. 22)

Assim estava acontecendo. Os primeiros sinais de textos e consequentemente de entendimentos gramaticais começavam a dar os primeiros sentidos e a escrita iniciou a sua “gestação”.

3.1. A importância da mídia

A internet foi uma grande aliada a este processo. Os tradutores auxiliavam na construção dos vocábulos e a vontade incessante de construir crescia, a ponto de “X” passar o dia no colégio em busca de ajuda, com auxílio de dicionários, gramáticas, o apoio de professores e o uso constante de matéria tirado de sites de pesquisa.

A ligação da imagem e do som foi de grande valia na construção da fala e da escrita da aluna. A visualização de videoaulas foi outro instrumento utilizado pelo professor de português para que houvesse uma concretização de certos conteúdos, e principalmente novos olhares para a língua portuguesa.

Ver e comentar pequenos textos virtuais, propagandas, cliques musicais, entre outros permitiu com que “X” desenvolvesse uma organização de imagem e construção e passou a fazer ligações entre o que escrevia com o que via relacionando assim, significante e significado.

3.2. A gramática

Não há dúvidas de que a gramática foi o ponto mais difícil para que “X” entendesse como a língua portuguesa se formava. Durante seu tempo de ouvinte no 9º ano, a gramática foi uma das maiores produções dela. Havia um constante explicar e entender de como eram formados plurais, gêneros e principalmente a ideia de sintaxe. Mas foi, mesmo, no Ensino Médio que esse trabalho tomou-se um processo mais intenso. O trabalho de reescrita e reorganização de pequenas frases, além do entendimento da proposta daquele texto produzido passou a ser considerado rotina para o trabalho. Tudo era traduzido por ideogramas para que facilitasse o entendimento da candidata.

Ninguém escreve para não ser lido; não considero elogio a um autor chamá-lo de hermético. Não confundir isso com estilo, criatividade, trabalho no texto. Há visões únicas, visões pessoais, paixões, amor e ódio, êxtase e desespero, que exigem expressão verbal própria, original. Para isso é necessário talento. (LUFT, 2005, p. 19)

É importante destacar que “X” recebeu todo apoio do grupo e muita ajuda durante todo o processo por parte de seus colegas, que juntos a ajudavam a desenvolver a linguagem. Uma lista de “primeiros socorros” foi criada por todos como: “posso ir ao banheiro”, “Estou com fome”, preciso de uma informação”, entre outras.

Os anos foram passando e os textos tomando corpos, surgem as primeiras produções, ideias melhores construídas e a conclusão de ciclo: o nascimento da escrita.

4. Considerações finais

É possível ensinar a língua portuguesa sem conhecer outro idioma, a comunicação deve ser de extrema confiança e o aluno necessita estar seguro de que você será uma ponte entre ele e a nova realidade linguística que ele enfrentará. O caminho é bastante árduo, pois há uma cobrança, mesmo que indireta da sociedade e o fator cultural, muitas vezes, podem ajudar ou não.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“X”, após terminar o ensino médio, continuou seus estudos em um cursinho preparatório para o vestibular, pois apesar de ter um certo domínio de do português ainda não era o necessário para ingressar em uma faculdade de odontologia bem conceituada.

Hoje, anos depois, ela se encontra concluindo o curso desejado na Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

ARAÚJO, Ubirajara Inácio de. *Tessitura textual: coesão e coerência como fatores de textualidade*. São Paulo: Humanitas/USP, 2000.

DELIBERAÇÃO Conselho Estadual de Educação. (CEE nº 16/97)

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PIMENTEL, Cassiano José; TAMI, Júlia. A chegada dos imigrantes: Adaptação de alunos estrangeiros ao contexto brasileiro passa pelo apoio da família e da escola, para que barreiras linguísticas e emocionais sejam superadas. *Revista Educação*. Edição 174, out. 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/formacao-docente/174/a-chegada-dos-imigrantes-236337-1.asp>>. Acesso em: 04-03-2014.